

PESQUISA

STUART HALL PARA PENSAR AS REPRESENTAÇÕES DA ÁFRICA

JUVENAL CARVALHO CONCEIÇÃO*

Ao examinar como a revista *Veja* retratou a luta pela independência de Angola, eu enfrentei alguns problemas de abordagem que só agora tenho oportunidade de tratar de modo sistemático. O que estava sendo analisado mesmo? O discurso? As imagens? As visões? As ideias? Ou ainda as representações construídas por este veículo? A mesma indefinição ainda estava presente no projeto que apresentei para a seleção no doutorado da PUC SP.

A resposta inicial a esse problema foi uma saída lateral que pode ser constatada já no título que dei à dissertação, a saber, “*VEJA – Um olhar sobre a independência de Angola*”. Foi uma solução que respondia às necessidades e proporções daquele trabalho, mas que, obviamente não se aplica agora. O presente texto tem o objetivo de iniciar uma reflexão sistemática sobre o assunto de modo que me permita explicitar a categoria de análise que usarei na pesquisa em andamento.

Desconfio que essa questão seja um problema geral, pois uma breve visita aos trabalhos voltados para o estudo sobre como a África é retratada demonstra de modo explícito a variedade de termos usados pelos diferentes autores e épocas. Usam um ou outro termo, algumas vezes tratam como sinônimos, ou, em muitos casos “aplicam” as categorias sem discutir seu significado.

Assim, pretendo fazer aqui um exame de como tais noções foram utilizadas por diversos autores(as) em trabalhos com objetivos, estratégias metodológicas e fontes bem diferentes. Destaco os estudos baseados na Literatura, os que examinam livros didáticos e os que utilizam a imprensa.

Um destaque especial é o trabalho produzido José H. Rodrigues para debater a Política Externa brasileira (RODRIGUES, J. H. **Brasil e África. Outro Horizonte.**

Rio de Janeiro: Civilização, 1961). Ele considerava que uma aproximação com a África seria um passo decisivo para o Brasil desenvolver uma “política externa independente”. Segundo Rodrigues, as relações entre o Brasil e a África eram estreitas e antigas, apesar do esforço das “elites afrancesadas” de criar um país de face europeia. Surpreendentemente, e de modo pioneiro, Rodrigues abre o livro com um capítulo intitulado “Imagem da África”. Em um espaço curto, o autor sintetiza aquilo que seria a “imagem” da África aqui predominante, criticando a desinformação do brasileiro sobre o assunto e mostrando como a imagem que se tinha naquele momento era marcada por estereótipos. Sua preocupação era dar base intelectual para a formação de uma nova geração capaz de cumprir a tarefa da política externa independente.

Neste trabalho encontramos uma preocupação com a evolução das lutas de libertação na África, mas o que interessa para o autor é a ação dos acadêmicos e diplomatas dentro deste novo quadro de nações independentes. Rodrigues acreditava que a criação de novos estados africanos iria provocar uma radical transformação na imagem que os brasileiros tinham da África e o noticiário dos jornais ajudaria a formular essa transformação. Mas qual seria essa imagem e de onde elas partiram?

Segundo Rodrigues, a origem das ideias que temos sobre a África pode ser localizada já no século XVI, quando foram construídas pelos portugueses nos seus primeiros contatos com os africanos. Antes da expansão marítima o pensamento europeu sobre a África estava marcado por exotismos, mitos e lendas. Os navegantes portugueses abalaram a consciência europeia ao revelar que vastas populações desconheciam o cristianismo e ao difundirem a impressão de bestialidade, brutalidade e maldade que tiveram dos africanos. Disformes, horríveis, bestiais, ferozes, bárbaros e cruéis são os traços físicos e espirituais com que os escritores portugueses descreveram os africanos. Acrescente-se a isto a ideia de maldade e hostilidade do clima ardente das terras africanas, para termos noção da responsabilidade dos portugueses na formação de uma imagem negativa da África.

O notável neste trabalho é o pioneirismo de Rodrigues ao perceber o papel que as “imagens” da África tinham nas relações externas do Brasil e, mais interessante

ainda, como as transformações políticas na África e na Política Externa brasileira poderia modificar essas “imagens”. Também é importante destacar a percepção do autor sobre o papel do noticiário, da imprensa neste movimento, embora ele não examine isso. Passados 56 anos da publicação, é inevitável pensar até que ponto a previsão de Rodrigues se confirmou? A imprensa realmente forjou uma nova imagem ou apenas renovou velhos estereótipos?

Em 1970, foi publicado na Revista Afro-Ásia, do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, um artigo com o título A África vista do Brasil, escrito por Anani Dzidzienyo. Trata-se, como diz o próprio autor de: “uma pesquisa sobre o modo pelo qual o Jornal da Bahia encarou a África de 1958 a 1969, inclusive as relações do Brasil com os países africanos” (DZIDZIENYO, A. A África vista do Brasil. **Afro-Ásia**, 10-11, 1970, pp. 79-97).

Aqui, mais uma vez, é preciso destacar o pioneirismo do autor. Aquele aspecto que estava apenas sugerido no trabalho de Rodrigues tem um tratamento sistemático no trabalho de Dzidzienyo que, considerando as ligações entre o Brasil e a África, especialmente entre a Bahia e a Costa Ocidental africana busca examinar como o jornal de maior circulação neste Estado “se referiu aos acontecimentos africanos”.

Revelando uma preocupação com um rigor metodológico, o autor explicita seus recortes. A opção pela Bahia, o período estudado (58 a 69) e o Jornal da Bahia (JB). Busca caracterizar o contexto africano, o contexto baiano e as conexões históricas de longa duração. Discute o perigo das generalizações a partir do estudo de um único veículo, mas afirmar que isso não invalida por completo o estudo. Considera que é possível fazer extrapolações para toda a sociedade.

Revela que coletou todas as notícias sobre a África encontradas no JB classificando as mesmas em manchetes, editoriais e reportagens. Neste corpus documental selecionou as que “que contribuam para a análise desejada,” que é explicitada num conjunto de questões previamente definidas. A partir disso, a maior parte do texto é uma descrição das matérias apresentadas pelo JB. Apesar das

preocupações metodológicas explícitas, Dzidzienyo não discute conceito. O trabalho é sobre o “modo como o JC encarou a África”.

Em 1978 Sósia Rabin defendeu sua dissertação de mestrado, analisando as relações entre o Brasil e Angola através da imprensa. Segundo a autora houve um “despertar de uma consciência no Brasil ante a África na década de 60, que criou uma tomada de posição face ao problema de Angola, projetado com franca simpatia pela imprensa”. Assim, Rabin partilha do otimismo de José H. Rodrigues e responde as perguntas que formulamos acima de forma positiva (RABIN, S. **Relações Brasil-Angola através da imprensa brasileira 1930-1975**. Mestrado.USP, São Paulo, Brasil, 1978).

Rabin declara que sua pesquisa está baseada no jornal *O Estado de São Paulo*, cobrindo o período entre 1930 e 1975. Porém, em nenhum momento explica porque escolheu este órgão e não outro jornal ou revista qualquer. Isto seria um problema menor se o estudo ficasse restrito à análise do discurso do “Estadão”, o mais importante jornal diário de São Paulo naquele momento. Expressão de um empresariado em ascensão na vida econômica e política nacional. Mas Rabin generaliza sistematicamente suas observações e conclusões, feitas com base neste veículo, como sendo o discurso característico de toda a imprensa.

Ao longo da dissertação, é verdade, surpreendentemente, Rabin cita vários outros jornais. Porém nada nos informa sobre a pesquisa com estes periódicos. Pode-se deduzir que tais referências foram obtidas na pasta de recortes montada pelo Estadão a partir de 1952, como nos informa a própria autora. Teríamos assim documentos avulsos, selecionados por terceiros que não necessariamente constituíam uma série ou uma amostragem representativa, capaz de expressar o discurso destes veículos. Com esses dados, repito, parece-me impróprio generalizar. Pior ainda se lembrarmos de que, no período estudado por Rabin, os jornais tinham circulação restrita às suas regiões. Nenhum tinha alcance nacional.

Uma questão aberta neste trabalho é relativa ao noticiário encontrado nos jornais. Em momento nenhum do estudo é explicitada a origem das matérias

divulgadas. Os jornais possuíam cobertura própria? Utilizavam correspondentes ou os serviços de agências de notícias? Ao ler a descrição feita por Rabin, de cada uma das matérias, verificamos que, até o ano de 1960, parte significativa das matérias era simplesmente reprodução de jornais portugueses. Trata-se de um dado extraordinário, pois revela os laços e as preferências das classes dirigentes brasileiras com Portugal e a reprodução, pura e simples, do pensamento colonialista português.

Rabin reconhece que a opinião pública brasileira era desinformada sobre a África, possuindo conceitos marcados pelos resquícios de uma memória da escravidão e do exotismo apresentado pela literatura. Para Rabin, a África vista do Brasil era: “continente exótico, bárbaro e que fora colonizado pela Europa, que para lá mandava seus missionários abnegados para tentar civilizar povos primitivos”.

Entre 1930 e 1960, a imprensa retratava a África na perspectiva da ideologia colonialista portuguesa. O colonialismo era visto como um fenômeno natural. Segundo Rabin, o noticiário começou a mudar tanto pelas alterações no cenário internacional, como pela consolidação de uma nova ordem interna. Surge então uma nova “imagem da África” que Rabin não identifica. O que ela descreve é o debate na imprensa sobre os “interesses nacionais” em realizar uma aproximação com a África. O que não era consenso dentro das classes dirigentes do país. E mesmo que fosse não significaria, necessariamente, uma ruptura completa com a imagem negativa secularmente construída, sobre a África.

Finalmente, vale destacar no trabalho de Rabin, o que aparece é o termo imagens ou discursos, o que é compreensível já que o objetivo da autora não era tanto analisar como a África estava sendo retratada, mas sim descrever as relações entre o Brasil e Angola sem se ocupar tanto em situar criticamente os jornais na formação discursiva.

Em 1983 encontramos a análise da presença dos negros na literatura brasileira, feita por David Brookshaw que usa a noção de estereótipos (BROOKSHAW, D. **Raça e cor na literatura brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983). Para ele, estereótipos são, ao mesmo tempo, causa e efeito de um pré-julgamento, uma forma

de controle social contra indivíduos, classes sociais ou grupos étnicos. O objetivo do autor é analisar os estereótipos com os quais a cultura branca tem aprisionado o negro. Acaba destacando, ainda que secundariamente, como diversos escritores retrataram a África.

Segundo Brookshaw, na obra de escritores brancos, ela pode ser a fonte de tudo que há de ruim no negro. È terra ardente que abrigou os filhos de Caim expulsos do paraíso. Fica explícito que a “associação entre cor preta, maldade e feiura, e da cor branca com bondade e beleza remonta a tradição bíblica”. Para escritores negros, África surge como terra mítica, idealizada, dona de uma herança anterior à contaminação dos brancos.

Encontramos ainda, em 1989, o trabalho de Beto Mussa que procura desvendar as motivações históricas dos estereótipos sobre os negros presentes na literatura brasileira (MUSSA, B. Estereótipos de negro na literatura brasileira. Sistema e motivação histórica. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 16, 1989, pp. 70-78). Mussa define estereótipos como sendo resultado dos processos de interpenetração entre culturas diferentes. Como signos híbridos, fruto da atribuição de significados de uma cultura a significantes de outra cultura. No caso do negro, ele identifica três tipos de estereótipos: os étnicos, relativos aos atributos físicos da raça; os antropológicos, que julgam o sistema cultural e os sociológicos que estabelece padrões de comportamento.

Para este autor o Brasil enfrenta um dilema: “os estereótipos de negros decorrem de uma incapacidade de decodificação da cultura e da história social do negro”. Destaca que “uma dada atitude negra pôde ser interpretada num certo momento histórico como inferioridade civilizacional, posteriormente como excentricidade e depois como configuração de uma forte identidade cultural”. Trata-se de uma lógica muito sugestiva para entendermos como certas manifestações de origem africana, por exemplo, o candomblé, a capoeira e o samba foram alvo da repressão em um dado momento e em seguida viram símbolos nacionais.

Mussa procura explicitar o entendimento que faz da categoria de estereótipo. A questão aqui é pensar se, de fato, os estereótipos são decorrentes da incapacidade, da ignorância, da falta de algo, do desconhecimento. Renato da Silveira afirma que:

"... no caso específico da discriminação racial que favoreceu o europeu e atingiu os demais povos do mundo, o racismo não foi apenas um resultado da falta de conhecimento, de discernimento, de solidariedade, ele não foi apenas a falta de algo, foi uma presença, uma positividade, teve um cunho científico e jurídico, informou doutrinas eruditas, enaltecidas pelo prestígio da própria ciência." (SILVEIRA, R. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. **Afro-Ásia**, n. 23, 2000, p. 90)

Para Silveira "o racismo científico foi, portanto, uma parte importantíssima da estruturação, pela primeira vez na história da humanidade, de uma hegemonia abrangendo todo o globo terrestre".

Devemos destacar ainda um sugestivo artigo de Solange Lima e Maria Baccega. Nele encontramos um estudo específico sobre o papel da imprensa na construção da identidade étnica da África. Tomando como exemplo a cobertura de uma partida de futebol entre a Inglaterra e Camarões na Copa do Mundo de 1990, as autoras levantam a *visão* do continente africano presente na consciência social do brasileiro. Para Lima e Baccega, o evolucionismo social é uma justificativa científica do movimento colonialista. Trata-se de uma ideologia que, segundo as autoras, "pode ser considerada matriz de vários tipos de representações que existem no imaginário do brasileiro até hoje a respeito de diferentes segmentos étnicos que compõem a nossa sociedade" (LIMA, S.; BACCEGA, M. A. Manipulação e construção da identidade étnica da África negra na imprensa brasileira. **África revista do centro de estudos africanos da USP**. São Paulo, 16-17, 1993-1994, p. 158).

O objetivo deste trabalho é identificar como essa matriz é atualizada pela imprensa brasileira na cobertura da disputa entre Inglaterra e camarões. Para tanto, perseguem e desvendam os adjetivos e os conceitos atribuídos à África e ao africano, destacando as contradições contidas no próprio discurso da imprensa esportiva. As

autoras constatarem que o africano é retratado como “primitivo, ingênuo, inocente e moleque”. Constantemente descrito através de metáforas que o compara com o reino animal. África é uma terra “mítica, exótica, de fantasia, emoção e irracionalidade”. Vale lembrar que a identificação entre o Brasil e a África é largamente reconhecida pela imprensa que registra a torcida brasileira por Camarões e a decepção da “galera que perdeu de novo”. Este trabalho, que utiliza os jornais *Folha de São Paulo*, *Folha da Tarde*, *O Estado de São Paulo*, *Jornal da Tarde*, *o Globo* e a *Gazeta Esportiva* como fontes, consegue demonstrar como a imprensa pode construir uma imagem da África, recriando e transmitindo uma visão racista.

Temos ainda a visão que nos é oferecida por Moema Parente Augel em seu estudo sobre as imagens da África na poesia afro-brasileira contemporânea, publicado em 1997. Segundo Augel “estritamente ligadas à estratificação social, mas não idênticas a ela, estão no Brasil a questão racial e a procura por parte da população não branca tanto da sua identidade cultural como da ampliação dos seus espaços de ação, numa sociedade norteada pela ideologia do branqueamento e ainda deformada por resquícios da mentalidade colonialista e dominadora” (AUGEL, M. Parente. A imagem da África na poesia afro-brasileira contemporânea. **Afro-Ásia**, 19-20, 1997, p. 183). Para esta autora, a literatura tem sido uma das formas de afirmação cultural usada também pelos afro-brasileiros.

Augel analisou as criações de um conjunto de poetas que se autoproclamavam negros, que definem sua poesia como literatura negra com o objetivo de enaltecer sua cultura e sua Africanidade. No conjunto dessas criações, destaca os temas ligados a África. Como o continente é retratado por esses poetas? Que papel desempenha na memória coletiva e na busca da afirmação da identidade afro-brasileira? Até que ponto a África é algo de concreto e objetivo, até que ponto é uma metáfora? Quantas Áfricas existem para o afro-brasileiro? São algumas das perguntas que a autora tentou responder neste artigo.

Nesta poesia podemos encontrar uma África tenebrosa, castigada, esquecida e desprezada por Deus, reflexo de sofrimento e humilhação. Assim a descreve um Castro

Alves ou Cruz e Sousa. Mas ao mesmo tempo cresce, com outros poetas, um sentimento de amor e admiração pela terra dos antepassados. A “mãe África”, preservada como espaço sagrado nos terreiros. Essa é uma África mística e mítica, simbólica, irreal e ideal. Ela pode ser também símbolo de um passado feliz e sem degradação. Local de equilíbrio, harmonia, satisfação, alegria, liberdade e perfeição. Aqui as imagens da África terão, quase sempre, um conteúdo positivo, de autoafirmação. Mas a consciência dos diversos grupos sociais brasileiros não tem sido formada por estes poetas negros.

Num país como o Brasil, onde os índices de analfabetismo sempre foram extremamente elevados, as “letras” vêm sendo um caminho para construir e disseminar preconceitos sobre o negro e a África. Entre os séculos XVI e XIX a literatura foi um dos caminhos para a formação da consciência social de uma pequena camada instruída, os poucos alfabetizados que tinham acesso à leitura. Segundo Jean M. Carvalho França foi “... em grande parte nas páginas dos nossos cronistas, sermonistas, poetas, dramaturgos e romancistas que o país, ou melhor, certa ideia de país e de povo foi forjada e divulgada, ideia cujos traços, não todos, é certo, ainda hoje se fazem presentes nas nossas reflexões” (FRANÇA, J. M. **Imagens do Negro na Literatura Brasileira -1584-1890**. São Paulo: Brasiliense. 1998, p. 91). O objetivo de França em sua pesquisa era, apenas, mapear os diversos tipos negros presentes nesta literatura dos primeiros séculos de construção do Brasil ressaltando sempre que muitos destes tipos permanecem vivos e atuantes nas consciências do Brasil de hoje.

O século XIX assistiu o surgimento e a expansão de um veículo formador de opinião que veio a ocupar um lugar de destaque, na disputa de hegemonia no século seguinte. Trata-se da imprensa, dos meios de comunicação. Foi no estudo da passagem desses dois séculos que Meire Reis utilizou os jornais publicados na Bahia, entre 1888 e 1937, para investigar a “Cor da Notícia”, tema de seu mestrado defendido no ano 2000. Analisando o discurso da imprensa, Reis percebeu que a construção de uma imagem do negro estava associada à construção de uma imagem do seu continente de origem. Por isto a África, que vivia um momento de mudanças drásticas com a

ocupação colonial, despertou o interesse do *Diário da Bahia*, *Diário de Notícias*, *O Estado da Bahia* e do *A Tarde*, jornais por ela analisados (REIS, M. L. A. A cor da notícia: discursos sobre o negro na imprensa baiana. Mestrado, FFCH-UFBA, Salvador, Brasil, 2000).

Segundo Reis, no discurso destes jornais, a África é reserva de matéria-prima para a Europa, continente selvagem, sem progresso e civilização. Terra quente, de matas virgens e exóticas, terra para desbravadores, que desperta o interesse da imprensa como palco de guerras. O africano é semibárbaro, que não sabe usar suas riquezas naturais, incapaz de viver sozinho, pois não conseguia sequer administrar sua alimentação. Nesta visão o africano está no limite entre a humanidade e a animalidade exótica. Assim, a conquista e ocupação colonial são naturais e legítimas.

Também no ano 2000, outra historiadora, Wlamyra Ribeiro de Albuquerque, estava estudando as representações da África na Bahia do pós-abolição, no mesmo período estudado por Meire Reis. A intenção de Albuquerque era discutir as versões de África apresentadas nos desfiles carnavalescos da época. Ao contrário de Reis que estava interessada no discurso da imprensa sobre os negros. Sua hipótese central é a ideia de que “as memórias da África então construídas e confrontadas foram relevantes nas reelaborações identitárias e na redefinição de arranjos socioculturais no mundo de livres e libertos”. (ALBUQUERQUE, W. R. de. Africanos e africanismos: representações da África na Bahia no pós-abolição. Texto apresentado à linha de pesquisa Escravidão e Liberdade, Mestrado em História, FFCH-UFBA, 2000).

O principal mérito deste estudo é a revelação do conflito pela ideia de África. Albuquerque usa o termo Representação de modo dinâmico, revelando o jogo, as tensões, as disputas neste campo. As representações não são homogêneas e estáticas. Posso concluir que as relações de poder, os conflitos de interesses, a luta pela hegemonia na sociedade é também uma luta de Representações. Neste caso específico, Albuquerque demonstra como, no carnaval, Áfricas eram imaginadas, criadas e recriadas, combatidas e criticadas.

Em 2002, Lucilene Reginaldo publicou na revista *Humanas* um artigo examinando os livros didáticos de História para alunos de 1º. Grau de escolas públicas de Salvador e Feira de Santana. O objetivo da autora é refletir sobre as representações da África no livro didático. Concluiu que tais manuais didáticos são marcados por “Vagas informações e fortes impressões”. O título do trabalho resume com precisão as conclusões da autora (REGINALDO, L. Vagas informações, fortes impressões: a África nos livros didáticos de história. **Humanas**, n. 2, 2002, pp. 99-121).

O artigo demonstra os silêncios, o desconhecimento e a distância em relação à África. Busca caracterizar os estudos africanos e os desafios para disseminar isso na Educação Básica. Reginaldo, porém, não discute a categoria de representações e nem indica na bibliografia pistas enfrentar o problema.

Em 2003, Anderson Ribeiro Oliva publicou nos *Cadernos de Estudos Afro-asiáticos* um artigo sobre as representações da África na Literatura didática. Conforme o autor trata-se de um estudo sobre um dos poucos livros que abordam a África em um capítulo específico. O objetivo, diz ele, é analisar como a África e os africanos são representados neste livro específico. Notem que o artigo foi publicado no mesmo ano que passou a vigorar a lei 10639, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História da África na Educação Básica, tanto na rede pública quanto na rede privada. (OLIVA, A. Ribeiro. A História da África nos Bancos Escolares: representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 25, nº 3, 2003, pp. 421-461).

Oliva começa indagando o que sabemos sobre a África, procura justificar a importância deste conteúdo para a compreensão da formação brasileira para então passar ao exame de como a escola tem tratado a temática africana em seus currículos. Faz um balanço das transformações no ensino de História e dos estudos africanos aqui no Brasil para constatar que as mudanças não afetaram o modo como o continente africano é tratado.

Conforme o próprio autor, esse artigo é um “teatro experimental de uma pesquisa maior, que desenvolvo em tese de doutorado”. Na tese, defendida em 2007, investigou como a História da África é ensinada nas escolas do Brasil, Portugal, Angola

e Cabo-Verde, a partir da análise de como os livros didáticos de História, produzidos a partir de 1995, representaram a África. Oliva faz uma incursão em trabalhos que se ocuparam em estabelecer como o “imaginário” ocidental sobre a África foi formado para traçar uma breve trajetória das “representações” construídas sobre os africanos. As palavras do então presidente da República do Brasil, em visita a Namíbia, é tomada como ponto de partida para pensar as “visões” da África evidenciadas nas “imagens” que incorporamos.

O trabalho de Oliva é vasto e bem fundamentado. Apesar de usar todos os termos que destaquei no parágrafo anterior ao longo do texto, o autor faz um debate sobre a categoria de representação. Começa dialogando com o historiador Jose da Silva Horta, que define Representações como a (re) construção do real, seja através de textos escritos ou imagéticos. Um processo dinâmico e conflituoso de interpretações e produção de sentidos onde todos representam e todos são representados, onde ninguém escapa das políticas de representação. Acrescenta em nota, com Ginzburg, que o termo tem ambiguidades, pois é visto por alguns como evocação de uma realidade ausente ou, ao mesmo tempo, ser pensado como substituição da realidade, e neste caso sugerir a presença da mesma. A ambiguidade entre evocar e substituir o objeto representado.

Esse breve exame nos leva a pensar como é antiga e variada a preocupação de historiadores com relação ao “modo como à África é retratada”. As fontes, repito, vão da imprensa, da literatura, dos livros didáticos, como procurei demonstrar aqui, mas também outras esferas como o cinema por exemplo. Os termos usados para caracterizar esse tratamento também tem sido variado. Até os anos de 1990 predominou o uso do termo “Imagens”. Depois disso, o termo “Representação” passa a ocupar um espaço crescente. Em todo caso, a maioria dos trabalhos aqui examinados não faz uma discussão sistemática sobre a categoria utilizada e poucos se ocupam em definir de maneira explícita, no texto, o entendimento que adota. Afinal de contas, qual o caminho a seguir? Visão, ideia, olhar, imagem, representações...?

O projeto Notícias da África, inicialmente, trazia uma indefinição, uma imprecisão fruto da minha insatisfação com as formulações encontradas, da falta de convicção sobre aquela que poderia ser mais adequada ao estudo em curso. Naquele momento, repito, trabalhava com uma noção difusa, meio imprecisa, de “Imagens” da África. As reflexões desenvolvidas nas disciplinas do doutorado possibilitaram a substituição desta noção vaga pela categoria de “representação”, mais especificamente, optei pela linha estudada e sintetizada por Stuart Hall.

Stuart Hall, em “El trabajo de la representación”, discute o papel, a importância desta categoria nos Estudos culturais. Examina como diversos autores, por exemplo, Ferdinand Saussure, Roland Barthes, Michel Foucault, trabalharam a questão da produção dos sentidos procurando aprender com cada um deles (El Trabajo de la representación In: HALL, S. **Sin garantias:** trayectorias y problemáticas em estudios culturales. Peru/Equador: Enviñ Editores/Instituto de Estudios Peruanos/ Instituto de Estudios Sociales y Culturales/Universidad Javeriana/ Universidad Andina Simón Bolívar, 2010, pp. 447-482).

Segundo o entendimento de Hall, “la representación conecta el sentido al lenguaje y a la cultura. (...) Representación significa usar el lenguaje para decir algo com sentido sobre el mundo, o para representarlo de manera significativa a otras personas”. As representações são parte fundamental do processo de produção dos sentidos e das trocas dentro de uma determinada cultura. Representação é uma articulação complexa, que implica o uso da linguagem, dos signos, das imagens que estão no lugar das coisas ou que as simbolizam.

Representar é usar as linguagens (escrita, falada, sonora, visual, expressão corporal, gestos) para produzir sentidos sobre as coisas, as pessoas, os grupos, os processos. Formamos conceitos sobre tudo que vemos e sentimos, mas também de coisas abstratas que não conseguimos sentir, ver ou viver. Sistemas, ou mapas conceituais são resultado de diferentes modos de arrumar, agrupar, organizar os conceitos e estabelecer relações sempre complexas entre eles. O sentido dependerá sempre do mundo material e dos sistemas de conceitos de uma determinada cultura.

A comunicação é possível porque compartilhamos os sistemas/mapas conceituais. Isso é o que significa dizer que somos da mesma cultura.

Mas as convenções sociais mudam. Os sentidos nunca são fixos, nem no tempo, nem no espaço. Serão sempre móveis, dinâmicos, nunca podem ser fixados em definitivo, pois os sentidos tem História. Muitas culturas não têm palavras para conceitos que em outras são comuns, um mesmo referente pode ser designado por várias palavras. Ao mesmo tempo uma palavra pode ter significado diferente. Hall afirma que não há um sentido verdadeiro, singular, imutável e universal. Tudo está condicionado à História. Isto abre o sentido e a representação à disputa imprevisível, ao jogo aberto, aos deslizamentos, às mudanças constantes de interpretações e à produção de novos sentidos. Em resumo, as coisas significam ou são “verdadeiras” dentro de um contexto histórico determinado.

Em resumo pode-se dizer que a representação é o processo pelo qual os membros de uma cultura usam as linguagens para produzir sentidos, é fonte de produção de conhecimento social, um sistema aberto ligado às práticas sociais, a disputa de hegemonia e as relações de poder. Os sentidos são resultado das relações sociais, das interações entre os sujeitos e entre os sujeitos e o mundo material. Portanto, são resultados de relações de força, relações de poder. As representações são dinâmicas, produzidas historicamente nessa encruzilhada das lutas culturais.

Essas reflexões sobre representações proporcionadas pela leitura de Stuart Hall se conectam com outra dimensão central deste trabalho que é a categoria de Hegemonia. A construção das representações sobre o continente africano tem uma dimensão política estratégica no jogo das relações de poder no Brasil. Basta lembrar que, nos dias atuais, os descendentes de africanos são mais de 51% da população. Como pensar que tal contingente populacional seja subjugado e explorado? Certamente que o elemento da força, da repressão pura e simples, do massacre e do extermínio, da violência física diária é um componente estruturante dessa dominação. Mas isso seria suficiente para manter as relações de poder por longo período?

A categoria de Hegemonia permite pensar em outras bases as relações entre os diversos grupos sociais, os mecanismos de instalação e reprodução do poder e a própria noção de poder que deixa de ser visto como um espaço a ser conquistado para ser entendido como relações construídas e em permanente transformação. Esta categoria não desconsidera a dimensão da força, da repressão e da violência em qualquer sistema de dominação. Insiste, porém, que é preciso considerar também a dimensão do convencimento, do consenso, das crenças, valores e do consentimento. Enfatiza que o poder de uma classe/grupo/bloco tanto mais forte será quanto melhor articular de modo equilibrado força e persuasão.

A categoria da Hegemonia permite pensar esse processo de construção e de disputa de representações sobre a África como um elemento cultural decisivo, parte estruturante das relações de poder no Brasil. Possibilita também pensar o papel da imprensa em geral, e das revistas semanais em particular, nesse processo.

No Brasil, o critério racial é fundador de desigualdades sociais. Daí a relevância da disputa pelas representações que as classes dirigentes constroem da África. Essa luta tem sido um aspecto central para a formação de uma identidade nacional e para a consolidação da hegemonia de classes no Brasil. A imprensa, particularmente as revistas, tem um papel decisivo nesta disputa. Então, este trabalho procura identificar como as revistas, VEJA, IstoÉ e a Época se colocaram neste debate. Reproduziu as representações carregadas de imagens negativas que as classes dirigentes procuram transmitir? Criou novas representações negativas? Reproduziu a omissão e o silêncio? Ou será que criou uma representação nova e positiva da África, como esperava José Honório Rodrigues? São essas as questões que tentaremos responder.

* Mestre em História pela UFBA, professor de História da África da UFRB; Centro de artes, humanidades e letras - CAHL (Cachoeira- Bahia). E-mail: juvenal@ufrb.edu.br